

política

Ex-governadores pregam união para reconstrução

Enchentes no RS, dívida do Estado com a União e exigências ao governo federal estiveram na pauta do encontro

/ CONTAS PÚBLICAS

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

Cinco ex-governadores do Rio Grande do Sul estiveram reunidos ontem para debater o atual contexto estadual e a dívida do Rio Grande do Sul com o governo federal. O grupo participou da reunião-almoço Tã na Mesa, da Federasul, no Palácio do Comércio, em Porto Alegre. Jair Soares (PP, 1983-1987), Pedro Simon (MDB, 1987-1990), Germano Rigotto (MDB, 2003-2006), Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) e José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) defenderam a união entre os agentes públicos de todos os partidos e espectros políticos para que se concretize a reconstrução do Estado, após a catástrofe climática ocorrida em maio.

A reunião foi conduzida pelo presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa. Ao longo do encontro “Convergência Social e Política pelo Rio Grande do Sul na visão de ex-governadores”, os ex-chefes do Executivo gaúcho abordaram a necessidade de reconstruir o Estado após as enchentes, criticaram os termos da dívida do Rio Grande do Sul com a União e exigiram mais ações por parte do governo federal para ajudar os municípios atingidos pela tragédia.

O ex-governador do Rio Grande do Sul Jair Soares (na época PDS, hoje PP, 1983-1987) defendeu que o Estado busque ajuda junto ao governo federal para conseguir empréstimos destinados à reconstrução da infraestrutura estadual, após as enchentes de maio cau-

sarem diversos prejuízos. “Minha contribuição para essa reunião é deixar esta ideia de o governo estadual buscar o beneplácito para que o Rio Grande do Sul possa fazer um empréstimo. É a única maneira do Estado sair em uma reconstrução adequada para o que ele precisa”, afirmou o ex-chefe do Executivo estadual. Soares ainda pediu ao governador Eduardo Leite (PSDB) que busque a chancela do governo federal para solicitar um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para conseguir recursos que devem ser aplicados na reestruturação e no desenvolvimento do Estado.

Pedro Simon (MDB, 1987-1990), afirmou que “O Rio Grande do Sul já pagou a dívida (com a União) várias vezes”, e criticou as resistências dos governos federais em renegociar esta questão. Ainda sobre a dívida do Estado com a União, Simon disse que está “evidente” que ela deve acabar. “Nós tentamos negociar com o governo federal, mas a coisa sempre ficou na interrogação”, ressaltou o ex-governador. Ele ainda completou que, no meio disso, o Rio Grande do Sul ainda enfrentou a catástrofe climática que causou diversos prejuízos em maio deste ano.

“O mundo inteiro verifica que realmente é uma coisa extraordinária, brutal, o que está acontecendo com o Rio Grande do Sul”, lamentou Simon sobre as enchentes. O ex-chefe do executivo gaúcho ainda destacou algumas localidades que, apenas em 2024, foram inundadas três vezes.

O ex-governador também realizou críticas à condução do gover-



Pedro Simon, Yeda Crusius, José Ivo Sartori, Jair Soares e Germano Rigotto foram recebidos por Rodrigo Costa (c)

no federal neste período posterior das enchentes, e afirmou: “Nós vamos sair, nós vamos vencer, tenho certeza que voltaremos a ser o que éramos, mas precisamos que Lula e o governo federal olhem para o Rio Grande com o respeito que ele merece”.

O ex-governador gaúcho Germano Rigotto argumentou que a medida realizada pelo governo federal de suspender a dívida do Rio Grande do Sul com a União não é suficiente para as atuais necessidades do Estado. Rigotto destacou que os governos estaduais gaúchos não cumprem o pagamento da dívida há anos, e que esta ação do Executivo federal apenas evita que o volume devido aumente, mas não proporciona crescimento financeiro para o Rio Grande do Sul, especialmente em uma realidade de reconstrução do Estado após os prejuízos causados pelas enchen-

tes no mês de maio.

A ex-governadora do Rio Grande do Sul Yeda Crusius (PSDB, 2007-2010) lamentou a catástrofe climática que atingiu o Estado e também o fato de que as decisões a serem tomadas neste momento estão sobre incerteza e risco, tendo em vista a apreensão dos agentes públicos quanto à possibilidade da incidência de novas enchentes. Yeda alegou que há muitos fatores que são razoavelmente previsíveis na economia, mas que impactos tão destrutivos como este que assolou o Rio Grande do Sul em maio dificultam a previsibilidade por parte da administração pública dos gastos que podem ser feitos. “Como surgiram novos desafios, novos custos econômicos, vai ter que ser refeito o orçamento”, disse a ex-chefe do Executivo gaúcho.

O ex-governador José Ivo Sartori (MDB, 2015-2018) defendeu que

personalidades públicas gaúchas se unam neste momento de dificuldade para exigir uma resposta da União frente à tragédia que assolou o Estado. Sartori ainda argumentou que, de acordo com a Constituição Federal, é de responsabilidade do governo federal planejar e proteger a população contra as situações de calamidade pública. Além disso, destacou os diversos casos de solidariedade entre as pessoas observados ao longo dos momentos de dificuldades enfrentados pelas enchentes, e que esta convergência deve servir exemplo para a reconstrução do Estado.

Os ex-governadores Alceu Colares (PDT, 1991-1994), Antônio Brito (então MDB, 1995-1998), Olívio Dutra (PT, 1999-2002) e Tarso Genro (PT, 2011-2014) foram convidados para o evento, mas justificaram ter outros compromissos que os impediram de comparecer.

Em Brasília, Leite reforça demanda por recomposição de receitas e renegociação da dívida

O governador Eduardo Leite (PSDB) cumpriu ontem uma série de agendas em Brasília para reforçar, junto ao governo federal, demandas de interesse do Rio Grande do Sul. As principais pautas tratadas ao longo do dia foram a necessidade de recomposição das perdas de receitas do Estado e dos municípios, em razão das enchentes de abril e maio, e a renegociação da dívida do RS com a União.

No início da manhã, Leite esteve no plenário Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, participando de encontro com prefeitos e representantes de mais de 400 cidades gaúchas que foram à capital federal na Marcha pela Reconstrução

dos Municípios do RS.

No evento, promovido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) e pela Confederação Nacional dos

Municípios (CNM), o governador destacou a urgência da regulamentação do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) com a amplitude necessária para permitir investimentos em



Governador Eduardo Leite apresentou prioridades do Rio Grande do Sul

todas as ações de restabelecimento e reconstrução. Leite também agradeceu os prefeitos pelo esforço conjunto para demonstrar à União que a recomposição das perdas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é essencial para retomar a normalidade.

“Viemos defender o que a nossa população merece. Se queremos que o recurso do Funrigs seja de fato para reconstrução do Estado, precisamos ter a recomposição das perdas para pagar as despesas ordinárias. Do contrário, vamos viver uma situação inusitada, de ter dinheiro para ações de reconstrução, mas não para pagar as despesas do final do mês”, disse Leite, destacan-

do que, apenas em relação a maio e junho, a perda de ICMS do Estado foi de R\$ 1,8 bilhão.

“É a força dessa nossa união, todos nós por todos nós, que irá garantir o apoio e o suporte que nosso povo aguerrido precisa para reerguer um Rio Grande ainda mais forte”, acrescentou o governador, que, à tarde, participou de uma entrevista coletiva de imprensa com prefeitos e deputados no Salão Verde da Câmara. Ainda pela manhã, Leite participou da reunião do Conselho da Federação, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), além de ministros e governadores de outros estados.